

---

## UM POUCO ACERCA DA VIOLÊNCIA E INJUSTIÇA: APRESENTAÇÃO\*

---

DOI 10.18224/frag.v28i2.6631

IVONI RICHTER REIMER\*\*  
CAROLINA BEZERRA DE SOUZA\*\*\*

A violência é uma questão historicamente presente em qualquer período da história da humanidade. Ela é constatada em registros históricos dos mais diversos e está refletida em criações literárias como componente das relações humanas ao longo do tempo. Simultaneamente, percebe-se, junto aos diversos tipos de violência que permeiam as relações humanas, também tentativas de controlar ou superar a violência por processos sociais, sejam educativos e comunitários ou coercitivos.

Teóricos das áreas da Psicologia, Filosofia e Sociologia já se debruçaram sobre o tema da violência. Aqui, citaremos alguns deles, mas não é possível exaurir o assunto. Em algumas teorias baseadas na Psicologia, a violência é apresentada inata ao ser humano em seu meio social. Há aquelas que seguem as ideias de Freud e analisam a violência como uma característica de origem ontológica, que tem sua formação na dinâmica psíquica do ser humano entre os polos da agressividade e do Eros (NOÉ, 2004).

Dentre as teorias contemporâneas baseadas na Psicologia, merece destaque aquela defendida por Young-Bruehl (2005). Segundo a autora, é o preconceito que está na raiz da violência. Ela crê que é o conflito com a alteridade, seja ela diferença de posse, classe social, etnia ou gênero, que abre a porta ao julgamento de um grupo sobre outro. O formato desse julgamento está conectado aos tipos de personalidade e pode surgir em termos de preconceito. Segundo a autora, a violência é a ação que corresponde ao pensamento preconceituoso, qualquer que seja sua origem.

---

\* Recebido em: 16.08.2018. Aprovado em: 20.08.2018.

\*\* Pós-Doutorado em Ciências Humanas (UFSC). Doutorado em Filosofia/Teologia/Ciências da Religião (Universität Kassel). Graduada em Teologia (Faculdades EST). Bolsista CNPq.  
*E-mail:* ivonirr@gmail.com

\*\*\* Pós-doutoranda em Teologia (Faculdades EST). Doutora e mestra em Ciências da Religião (PUC Goiás). Bacharel em Teologia (Faculdade Batista do Rio de Janeiro). Bolsista CAPES/FAPERGS.  
*E-mail:* carolbsouza@gmail.com

Uma das abordagens mais conhecidas acerca da violência, dentro dos estudos da Religião, é a de Girard (1990). Para ele, a origem da violência está no desejo mimético. Ou seja, a violência é gerada pelo desejo de se tornar igual ao outro. Não é uma relação de desejo direto por um determinado objeto, mas deriva de uma triangulação em que o desejo se dá, porque outra pessoa possui o objeto do ‘meu desejo’, o que é característico da vivência social. É a exclusão dessa pessoa ‘desejosa’ do meio social, o ‘bode expiatório’, que seria capaz de restaurar a paz social. Tal violência entendida como inerente é controlada através de uma forma de sacrifício, que a ludibria.

Criticando Girard, a teóloga e filósofa Gebara (2000, p. 122-7) afirma que essa teoria não consegue explicar o fenômeno da violência sobre grupos marginalizados. O tema do seu livro é a violência de gênero, por isso, ela toma o caso das mulheres para analisar a questão pela mediação da categoria de gênero. Como mulheres seguem integrando a sociedade, não correspondem ao rival na busca pelo objeto do desejo da teoria de Girard, mas são vistas como o próprio objeto de desejo pelos homens. No entanto, o conflito acaba subjugando o grupo social das mulheres, colocando-as numa posição grupo subjugado pelos homens, sendo exploradas e silenciadas.

Na Filosofia, apesar dos inúmeros estudiosos do tema, vamos apresentar apenas dois. Podemos citar Arendt (1994), que pensou a relação entre a violência e o poder do ponto de vista ético. Ela não trabalhou a violência como pertencente à esfera do conflito, mas como função instrumental, distinguindo-se do poder. Outra obra do âmbito da Filosofia, bastante referenciada, é de Adorno (1995). Seu trabalho faz uma crítica à indústria cultural como fonte da massificação de ideias e produção de pseudo valores, como o consumismo e a competitividade. Esse conjunto conduz o homem à insatisfação constante frente à alienação e ao desejo de posse de objetos que são inalcançáveis à maior parte das pessoas. Essa insatisfação gera a violência, que, como tendência de desagregação, impulsiona para a barbárie.

Entre tantos, um dos teóricos mais acessados para tratar da violência tem sido Bourdieu (2012, p. 46). Para o estudioso, a violência integra o conjunto de dispositivos sociais com o qual cada pessoa, como agente específico, mas também as instituições sociais (família, igrejas, escolas e Estado) têm sua parcela de contribuição na histórica e incessante produção de estruturas de dominação. Assim, o objetivo da violência é a dominação de alguns grupos sociais sobre outros. Nesse sentido, um dos conceitos basilares é o de violência simbólica:

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante [...] quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes [...], resultam da incorporação de classificações assim naturalizadas, de que seu ser social é produto (BOURDIEU, 2012, p. 47).

Seu efeito aparece nos conceitos e formas de percepção, avaliação e ação que constituem o *habitus*, e isso não ocorre necessariamente na lógica consciente e cognoscente. É uma forma invisível de exercer poder sobre os corpos, colocando predisposições duradouras em sua zona mais profunda, mas sem que haja coação física.

Outro ponto de vista das Ciências Sociais é trazido da Antropologia por Segato (2003). Para ela, a violência também se relaciona com a dominação sobre grupos de *status* diferentes. A diferença pode ser encontrada em diversos aspectos, pode ter componente de etnia, nacionalidade, religião, gênero ou qualquer inscrição das estruturas de relações

coloniais. Segundo a autora, uma das estruturas elementares da violência presente nas relações de poder reside na tensão entre o sistema de *status* e o sistema de contrato. O sistema de *status* é um mandato moral e moralizante que tem por objetivo a criação de relações hierárquicas. Para isso, se baseia na usurpação ou exaltação do poder e, assim, garante a um dos termos da relação o tributo de submissão, domesticidade, moralidade e honra. Esse sistema é dinâmico e utiliza de diversas estratégias violentas para se reproduzir e manter um grupo na posição de subordinação. Essas estratégias são as violências material, simbólica, psicológica, epistêmica, física e sexual, que se transformam em violência estrutural através da composição das ordens social e econômica e do impedimento da participação política do grupo inferior, de tal forma que se infiltram no sistema de contrato e na lei do cidadão. Segundo Segato, a reprodução da tensão entre os sistemas não é natural e depende da ativação de violências cíclicas para reforçar a economia simbólica que estrutura a relação de poder e subordinação.

Praticamente todas as formas de violência vividas, tematizadas e conceituadas aqui também já se faziam presentes, com outra episteme, na literatura sagrada do Cristianismo e do Judaísmo (REIMER; RICHTER REIMER, 2018). Mesmo não utilizando o termo 'violência', vários textos bíblicos abarcam o fenômeno em suas múltiplas expressões, desde a física até a psicológico-simbólica. Da mesma forma como no decorrer da história e ainda hoje, também estes textos encontram-se em parte de acordo com as estruturas de seu tempo, de relações de poder e violência, sustentando-as e fornecendo-lhes legitimidade teológica, mas eles também apresentam experiências e projeções na busca por superação das diversas formas de violência. Estas propostas contraculturais igualmente contêm argumentos teológicos para fundamentar a resistência.

Mostramos brevemente algumas concepções para notar que, em comum a todos, está a característica da violência de se fazer real dentro das relações humanas e de que existe um exercício de poder de determinados grupos sociais contra outros grupos ou pessoas. Frente a esses estudos, talvez seja importante entender a violência como um fato e um ato social que tem impactos sobre a vida humana em suas diversas e multifacetadas dimensões. Em especial, podemos olhar para a violência como um fator que promove ou reproduz a injustiça: como face e expressão da injustiça. Nesse sentido, a violência pode ser considerada instrumento, de forma que ela é o meio para atingir objetivos determinados. Além disso, ela também pode ser vista como uma força social que, unindo-se às formas de poder, é capaz de estruturar a realidade e moldar os corpos (BANDEIRA, 2017).

De um ponto de vista da prática que se viabiliza em ações para prevenção da violência na atualidade, um bom começo é entender como a Organização Mundial da Saúde (OMS) entende a violência, visto que esta entidade tem mobilizado significativas pesquisas para ampliar o conhecimento sobre o tema e fomentar ações efetivas de combate a ela. A violência é vista como um problema de saúde pública "multifacetado, com raízes biológicas, psicológicas, sociais e ambientais" e por isso afirma-se que é preciso "confrontá-la simultaneamente em diversos níveis" (KRUG *et al.*, 2002, p.16). Para iniciar uma discussão, a OMS assim define a violência:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG *et al.*, 2002, p. 5).

Essencial é perceber aqui que esse entendimento opta por uma noção expandida de violência, em que não só o ato final da vertente física, mas uso da posição hierárquica superior em uma relação de poder e também a ameaça são entendidos como formatos possíveis de violência. Diante dessa definição, a OMS classifica a natureza do ato violento como: física, sexual, psicológica ou envolvendo privação ou negligência. E propõe uma tipologia de três grandes categorias que podem depois ser subdivididas:

- violência dirigida a si mesmo (auto-infligida);
- violência interpessoal: violência da família e de parceiro(a) íntimo(a); violência comunitária;
- violência coletiva: social, política, econômica (KRUG et al., 2002, p. 6);

A parti daí propõe o estudo da incidência dos diversos tipos de violência e conclui que a violência não é inevitável, mas que por mais que possamos agir para construir uma sociedade saudável, que obtenhamos muitos resultados nesse sentido, ampliando cada vez mais o nosso conhecimento do assunto, não há ainda uma dimensão total da tarefa ou das ferramentas para executá-la (KRUG *et al.*, 2002, p. 253). Por isso, seguimos no desafio acadêmico-prático da busca do conhecimento sobre as formas de violências, suas consequências e as maneiras de evitá-las e/ou superá-las.

Portanto, continua prática e verdade o fato que qualquer ação que visa e realiza o ‘apequenamento’ de qualquer ser é tido como violência e é fruto de relação marcada por injustiça (RICHTER REIMER; MATOS, 2011). Superar estas realidades foi e continua sendo desafio e devir histórico-religiosos na atualidade, como se já não mais houvesse tempo...

Este dossiê da *Fragmentos de Cultura* foi pensado e recebeu várias contribuições que oferecem percepção, vivência, análise e possibilidades proativas no combate a tantas formas de violências que mostram as caras da injustiça. Os seis artigos aprovados contemplam várias expressões dessa realidade, bem como suas abordagens. Todos eles estão inseridos historicamente em contextos de relações de poder e de experiências dolorosas e traumáticas oriundas de vários campos de violências.

O artigo de Jeová Rodrigues dos Santos, intitulado Revisitando o Conceito de Justiça no Movimento Profético de Israel: desafios para a atualidade, apresenta um quadro conceitual panorâmico dentro da profecia do Antigo Testamento. No contexto monárquico, os textos proféticos demonstram que a Palavra de Deus exige a prática da justiça em todas as esferas da sociedade e, com isso, coloca diretrizes que podem/devem nortear ações promotoras de justiça na sociedade atual, marcada por corrupção e injustiça.

Murilo Chaves Vilarinho, em Patriarcalismo Entrincheirado e Crimes de Honra: histórias de mulheres que superaram a violência de gênero e se tornaram símbolos dos Direitos Humanos, elucida justamente esse círculo ou espiral da violência no decorrer dos tempos. Destaca, porém, as buscas e experiências por sua superação. Para tal, seleciona alguns países em que a violência contra mulheres é baseada no tradicionalismo social, nos quais mulheres vítimas de ‘crimes de honra’ se deixaram guiar pelo desejo de liberdade e justiça para se rebelar e alçar bandeiras de luta por paz. Entre elas, Mukhtar Mai e Kady Koita tornaram-se ícones dessa resistência.

Nesta mesma perspectiva, mas bem localizado no Brasil, Mirian Aparecida Deboni e Luiz Victor Florencio Silva elaboram o artigo Lei Maria da Penha: análise de campanhas

publicitárias de combate à violência contra a mulher. Entendem e analisam estas campanhas como instrumento que torna o dispositivo legal eficaz em relação à tomada de consciência dos direitos das mulheres. Além disso, esse mesmo instrumento ajuda a persuadir pessoas que esta prática da violência não pode permanecer impune, e para tal os meios legais são acessíveis e devem ser acessados e realizados.

A história da violência tem longa e multifacetária construção e processos de manutenção e mudança, e os meios de comunicações são instrumentos e vias poderosos nesse percurso. Assim, o artigo de Elizabeth de Lima Venâncio, *Violência Dialógica: o entrelaçamento do emocional com a linguagem*, aborda a temática, observando interações de usuários da *internet*, especialmente em relação à prática da intolerância religiosa. Com ajuda de Adorno, constata um discurso de ódio que se torna perigo iminente na convivência social, perceptível já nas variações emocionais gradativas nas próprias interações dialógicas pesquisadas.

Nesse diapasão midiático também entram a educação e as escolas. Buscando entender a compreensão que educadores têm da violência, os autores Lúcio Alves de Barros e Caio César Sousa Marçal aguçam o olhar, em “Romantização da Violência na Revista Nova Escola”, para entender as representações sobre violência e educação, utilizadas por esta revista, nos anos 2013 a 2015. O foco principal foi perceber e analisar como a revista ‘fala’ da violência sofrida por professores(as) da educação básica, e o resultado mostrou que ela trata principalmente da violência em relações manifestas, portanto, uma abordagem “romantizada” da violência.

Aprofundando a análise da influência e da relação entre educação e violência, o artigo de Adilson Cristiano Habowski, Elaine Conte e Helen Rose Flores de Flores, *Educação e Violência na Teoria Crítica de Adorno*, hermeneuticamente apresenta e discute a temática. Constitutiva do ser humano, a violência atua como instrumento anticivilizatório, e a educação tem a função de transformar impulsos agressivos em impulsos de respeito e reciprocidade. A escola pode contribuir, pois, na construção de uma cultura de diálogo e da sensibilização em relação ao diferente, transformando as relações sociais em sinais de inclusão e, portanto, de paz.

Os seis artigos abarcam algumas realidades e expressões de violência desde a Antiguidade até os nossos dias, em perspectivas teológicas, culturais, jurídico-legais e educacionais, em vários lugares do planeta. Esforços para controlar, cercar, reconfigurar, punir e compreender a violência e seus agentes, bem como de amparar, acolher e defender as vítimas da violência têm se evidenciado como espaços solidários e medidas importantes, necessárias, mas insuficientes. Toda e qualquer violência atenta contra a dignidade do ser, no caso, humano. Teologicamente isso significa que ela também repercute contra Deus, como Criador. O teólogo luterano, pastor Dietrich Bonhoeffer, que, durante a Segunda Guerra Mundial, participou de um frustrado atentado para tirar Hitler do poder (20.07.1944) (DUDZUS, 1985, p. 116), afirmava que não é suficiente levar as pessoas feridas para o hospital, mas que é necessário desarmar e tirar os agentes da violência das ruas, dos governos... Ele sofreu tortura e morte em campo de concentração, mas deixou sua fé ativa no amor e na resistência como herança para quem não quer e nem pode curvar a cabeça e o corpo para qualquer tipo de violência e seus agentes.

Com esta reflexão e com os artigos aqui reunidos, desejamos a você, querida leitora e querido leitor, uma edificante e construtiva leitura! E a vocês, autores, autoras, pareceristas e equipe técnica, nossa gratidão!

## Referências

- ADORNO, Theodor W. *Educação e Emancipação*. Tradução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ARENDT, Hannah. *On violence*. Orlando: Harcourt Brace Jovanovich, 1970.
- BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência, gênero e poder: múltiplas faces. In: STEVENS, Cristina et al (Orgs). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília: Technopolitik, 2017.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 11 ed. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- DUDZUS, Otto (Org.). *Dietrich Bonhoeffer: Lesebuch*. München: Kaiser, 1985.
- GEBARA, Ivone. *Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal*. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. Tradução de Martha Conceição Gambini Universidade Estadual Paulista: São Paulo, 1990.
- KRUG, E. G. et al (Ed). *World report on violence and health*. Geneva, World Health Organization, 2002.
- NOÉ, Sidney Vilmar. Religião e violência: da repressão da agressividade à sua sublimação. In: PEREIRA, Mabel Salgado; SANTOS, Lyndon de A. (orgs) *Religião e violência em tempos de globalização*. Paulinas: São Paulo, 2004. p. 139-153.
- REIMER, Haroldo; RICHTER REIMER, Ivoni. A maldade dos homens se multiplicou sobre a terra: sobre o fenômeno da violência na Bíblia. *Pistis e Práxis - Teologia Pastoral*, Curitiba, v. 10, n. 1, p. 117-143, 2018.
- RICHTER REIMER, Ivoni; MATOS, Keila. Silencioso desespero: violência e silêncio contra a mulher em casa e na Bíblia. In: RICHTER REIMER, Ivoni (Org.). *Direitos Humanos: enfoques bíblicos, teológicos e filosóficos*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás; São Leopoldo: Oikos, 2011. p. 73-90.
- SEGATO, Rita Laura. Las estructuras elementales de la violencia: contrato y status en la etiología de la violencia. *Série Antropologia*, Brasília, n. 334, 2003.
- YOUNG-BRUEHL, Elisabeth. Os caracteres da violência e do preconceito. In: LEVINE, Michael P; PATAKI, Tamas (orgs). *Racismo em mente*. Tradução de Fábio Assunção Lombardi Rezende. São Paulo: Madras, 2005. p. 161-178.